



MEMÓRIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2024

Ao segundo dia do mês de fevereiro de 2024, das 10 às 11h30min, realizou-se por videoconferência a 60ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Controladoria-Geral da União – CGU; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar; Ministério Público de Contas do Estado do Paraná – MPC-PR; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Ministério Público do Trabalho – MPT; Observatório Social do Brasil – OSB; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. A sessão foi presidida pela Chefe de Gabinete da CGE/PR, **Helena Theresinha Kovalski**, e secretariada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Helena (CGE/PR), representando a Coordenadora Executiva, abriu a reunião, desejando um excelente 2024 e agradecendo a presença das autoridades presentes, informando que a Dra. Luciana estará ausente, mas que lhe solicitou transmitir seu anseio de um ótimo ano novo a todos e uma excelente reunião.

Hillene (TRE/PR), cumprimentando a todos, informou a disponibilização pelo chat, de um link (para preenchimento do nome completo e da instituição em que atua), para o registro de presença.

Helena (CGE/PR) agradeceu e deu as boas-vindas ao novo integrante da Rede, **Marcelo Salomão Czelusniak (MPPR)**, que a pedido de Helena (CGE/PR), apresentou-se como membro do Ministério Público do Estado do Paraná, colocando-se à disposição para colaborar com a Rede.

Helena (CGE/PR) agradeceu e deu início à pauta – *Aprovação da Ata da 59ª Reunião Ordinária*, encaminhada com o ofício de convocação. Houve anuência dos seus termos, pelos membros do Colegiado, restando aprovada a ata, por unanimidade.



Dando seguimento, **Helena (CGE/PR)** passou para o próximo assunto da pauta – *Atualização do calendário de 2024 no site da Rede*, o qual já está disponível para consulta, informando que a próxima reunião está agendada para o dia 05/04/2024.

Prosseguindo com a pauta – *Publicação do Novo Regimento Interno e assinatura da adesão do TJPR*, **Helena (CGE/PR)** informou que o Regimento Interno da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná, foi publicado no DIOE em 14 de dezembro de 2023 e que o termo de adesão do TJPR à Rede, está em análise na Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Na sequência **Helena (CGE/PR)** noticiou o próximo assunto a ser tratado – *Apresentação do Programa de Integridade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná*, agradecendo a disponibilidade de Thiago Martini (TJPR) que, cumprimentando a todos, passou a discorrer sobre o programa.

Thiago Martini (TJPR), cumprimentando a todos, esclareceu que participa da Rede desde que o TJPR solicitou adesão. Informou que ocupa o cargo de Coordenador de Governança, Riscos e Conformidade no TJPR e que, junto com Maurício Cardoso, representa o TJPR na Rede. Agradeceu a oportunidade e iniciou a apresentação. Informou que, o contexto inicial do programa aconteceu com a criação do Núcleo de Governança, Riscos e *Compliance* (NGRC) em fevereiro de 2021, seguido do lançamento do Programa de Governança Institucional do TJPR, em setembro/2021, da edição da Resolução nº 410/2021 do CNJ, que estabelece diretrizes e parâmetros para implantação de sistemas de integridade nos órgãos do Poder Judiciário Brasileiro, sob coordenação do Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen, Conselheiro do CNJ nos anos de 2020 e 2021 e com a eleição do Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen para a Presidência do TJPR, no biênio 2023/2024. Destacou que a definição de integridade pública, dada pela OCDE, foi adotada pela Resolução nº 410/2021 do CNJ, onde *“Integridade refere-se ao alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público.”* Esclareceu que para começar o programa chegaram à conclusão que: 1) a construção deveria ser capitaneada por um setor, que foi o então NGRC; 2) as diretrizes do programa seriam pautadas na Resolução



410/2021 do CNJ; 3) as ações deveriam estar fundamentadas em boas práticas nacionais e internacionais aplicadas ao tema, bem como construída em pilares; 4) um bom programa de integridade deve estabelecer normas internas; incentivar a realização de fiscalizações constantes; incentivar a realização de denúncias de irregularidades e propor campanhas de divulgação que reforcem o compromisso com a ética e a transparência, com ações permanentes e com caráter preventivo; 5) Benchmark com outros programas de integridade de órgão do Poder Judiciário (TJDF, TJMG, TJRS, TRE-PR, TST, TJAM, STF, TSE, dentre outros) e de empresas de referência (COPEL e SANEPAR) e 6) por fim, pela importância de uma ampla avaliação de riscos de integridade do TJPR, para a qual foi realizada uma oficina de gerenciamento de riscos com 21 servidores diretamente envolvidos nos processos de compra, para construção da matriz de riscos de integridade nas contratações públicas, além de reuniões estratégicas com a Ouvidoria, Corregedoria, Auditoria Interna, Comissão de Ética e de Conduta, Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual, Comissão de Igualdade de Gênero e Comissão de Acessibilidade e Inclusão. Concluído o diagnóstico, passou-se para duas importantes fases: 1ª) definição dos pilares que sustentariam a transformação da cultura organizacional e; 2ª) construção do Programa de Integridade e suas ações. Esclareceu que o Programa é estruturado em 6 pilares que são materializados nas orientações do CNJ, da OCDE e na inovação, buscando sempre as melhores práticas. Passou a discorrer sobre cada um dos pilares:

I – Apoio e Comprometimento da Alta Administração – o apoio e o comprometimento da Alta Administração são indispensáveis para a eficácia do programa. Esse pilar baseia-se no ideal de “*Tone at the top*” ou “*Tom do topo*”, expressando a lógica de que o “*exemplo deve vir de cima*”. Destacou que o lançamento do programa demonstra o apoio irrestrito dos órgãos da cúpula diretiva do TJPR, às temáticas de integridade, governança e gestão de riscos.

II – Gestão de Riscos à integridade e Controles Internos – a avaliação contínua dos riscos de integridade é fundamental para o desenvolvimento de controles internos. O objetivo é buscar desenvolver controles internos que os previnam e contribuam para a criação de políticas e procedimentos que visem evitar, detectar e remediar fraude e condutas irregulares; fundamenta-se em identificar onde estão os riscos de integridade e estabelecer controles compatíveis com esses riscos para fortalecer o ambiente de controle da Instituição.



III – *Políticas e Procedimentos* – identificados os riscos é necessário estabelecer políticas e procedimentos para o seu gerenciamento eficaz, visando prevenir, detectar e combater fraudes, corrupção e desvios éticos.

IV – *Treinamento e Comunicação* – baseia-se no entendimento de que é necessária a realização periódica de treinamentos, a promoção de ações de comunicação e de divulgação do programa; todos devem conhecer os princípios, o programa e as ações. Construir uma cultura de integridade é vital para o sucesso do programa.

V – *Auditoria e Monitoramento Contínuo* – baseia-se no entendimento de que é necessário identificar os pontos que requerem melhorias, por meio de auditorias e monitoramento contínuo, estar sempre buscando as melhores práticas e adequando-se aos novos contextos.

VI – *Diversidade e inclusão* – fundamenta-se no princípio de que uma instituição íntegra deve respeitar e incluir a todos. Tem por objetivo declarar o compromisso do TJPR em criar um ambiente de respeito, igualdade e inclusão. Ressaltou que no programa estão previstas 32 (trinta e duas) ações concretas, com objetivo, responsável e prazo definidos. Informou que a campanha de comunicação foi iniciada no dia do lançamento do programa, e para divulgar a campanha de integridade do Tribunal, foram colocadas, no Edifício Palácio da Justiça, 6 (seis) grandes faixas que visam divulgar os 6 pilares, todos baseados no conceito de que “*integridade a gente constrói todo dia*”, usando as palavras-chave de cada um dos pilares – integridade a gente constrói com *exemplos*, integridade a gente constrói com *prevenção*, integridade a gente constrói com *métodos*, integridade a gente constrói com *conhecimento*, integridade a gente constrói com *aprimoramento* e integridade a gente constrói com *inclusão*. Informou que há banners com o conceito de que “*integridade a gente constrói todo dia*”, espalhados nos diversos andares e anexos do Tribunal. Relatou que para disseminar o conceito da campanha, estão sendo desenvolvidas diversas ações, uma delas é o informativo “*Vamos falar sobre integridade?*”, além de adesivos com a #integridadenoTJPR e adesivos para espelhos de banheiros e elevadores das 225 edificações do Poder Judiciário do Estado do Paraná, onde é enfatizada a importância de cada indivíduo no Programa de Integridade, pois o reflexo das ações de cada um afeta a imagem da instituição como um todo. Informou que o Programa de Integridade do TJPR, está disponível, na íntegra, no site do TJPR, no Portal da Governança, também para leitura utilizando a ferramenta NVDA, para



proporcionar mais acessibilidade. Encerrou a apresentação, agradecendo a oportunidade.

Helena (CGE/PR) elogiou o trabalho realizado pelo TJPR e agradeceu a Thiago Martini (TJPR) pela disponibilidade e pela apresentação, sugerindo que outros órgãos integrantes da Rede apresentem seu programa de integridade ou boas práticas que possam ser compartilhadas. Abriu a palavra para manifestações.

Valdenice (MPT) parabenizou o TJPR pelo Programa, questionando Thiago Martini (TJPR) sobre a ação de integridade relacionada ao fortalecimento da segregação de função entre gestores e fiscais de contrato, ao que **Thiago Martini (TJPR)** respondeu que o gestor não deve ser a pessoa que fiscaliza o contrato; o objetivo é minimizar riscos de integridade na execução contratual, contribuindo para um maior controle.

Valdenice (MPT), agradeceu pelo esclarecimento, informando que o MPT irá realizar painéis a respeito de gestão e fiscalização de contratos.

Maurício Cardoso (TJPR) cumprimentando a todos, enfatizou a importância do Programa de Integridade, que contribuirá para a incorporação de 18 iniciativas até o fim de 2024, preconizadas pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), fortalecendo os esforços empreendidos pelo TJPR para a prevenção de ocorrência de fraude e corrupção.

Helena (CGE/PR) agradeceu as participações e dando seguimento, passou para o próximo assunto da pauta – *Relato das Comissões Permanentes*, informando que Conrado (CGE/PR), Coordenador da Comissão Permanente de Acesso e Intercâmbio de Informações, e Matheus Klaus (CGE/PR), Coordenador da Comissão de Prevenção e Controle Social, não estavam presentes e que em relação à Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa, aguarda-se a indicação de substituto do Coordenador. Indagou a Bruno Galati (MPPR), integrante Comissão Permanente de Acesso e Intercâmbio de Informações, se gostaria de fazer alguma manifestação.

Bruno Galati (MPPR) cumprimentou a todos e parabenizou o TJPR, nas pessoas de Thiago Martini (TJPR) e Maurício Cardoso (TJPR), pelo Programa de Integridade. Comentou que na área de inteligência, o MPPR possui ferramentas de análise



estatística e espacial de dados de licitações e contratos para controle – LicitaR e o Banco de Notas Públicas do Estado do Paraná, colocando essas ferramentas à disposição do TJPR e dos demais órgãos partícipes da Rede, pelo que Thiago Martini (TJPR) e Maurício Cardoso (TJPR), agradeceram. Informou que em relação à Comissão Permanente de Acesso e Intercâmbio de Informações está sendo avaliada a possibilidade de revitalização de um portal desenvolvido pela Celepar, com o apoio do MPPR, para incentivar a publicação das despesas do Terceiro Setor e que aguarda o retorno da Celepar ao contato efetuado.

Glaucio Baduy (Celepar) se colocou à disposição para intermediar a ação.

Bruno Galati (MPPR) agradeceu a disponibilidade e informou que irá pedir para Conrado (CGE/PR) realizar o contato com Glaucio Baduy (Celepar), para dar seguimento à ação.

Helena (CGE/PR) sugeriu demonstrar, na próxima reunião, a ferramenta LicitaR, ao que Bruno Galati (MPPR) assentiu, ficando acordado que Kallynca (CGE/PR) irá confirmar a apresentação. Abriu a palavra para manifestações.

Marcelo (MPPR) comentou sobre a execução de acórdão do TCE/PR, em relação à OSCIP, decorrente da ausência de prestação de contas, onde a OSCIP apresentou a tese de que a prestação de contas deve ser apreciada pela Câmara Legislativa. Destacou a preocupação e a necessidade de acompanhamento do Terceiro Setor.

Valdenice (MPT) sugeriu colocar o tema como pauta de reunião, ao que **Helena (CGE/PR)** assentiu.

Helena (CGE/PR) abriu a palavra para manifestações e nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião, agradecendo a presença e a colaboração de todos.

DELIBERAÇÕES

nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Possibilidade de inclusão na pauta da próxima reunião: Apresentação da ferramenta LicitaR e Assuntos relacionados ao Terceiro Setor.	MPPR E CGE/PR	Próxima reunião do Colegiado